

Brasil pode fazer acordo separado com os bancos

Ivaldo Cavalcante

Com o objetivo de abreviar a normalização das relações com o mercado financeiro internacional, o Governo brasileiro poderá ser obrigado a firmar acordos diferenciados com os banqueiros sobre a dívida externa, se os credores não conseguirem fixar-se numa proposta de consenso para ser negociada com o Brasil.

Essa informação foi prestada ontem, ao fim da reunião do Conselho Monetário Nacional, pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que acaba de retornar de Nova Iorque. Ele acrescentou que, diante dos impasses observados em relação a algumas questões, o Brasil já chegou mesmo a fazer "propostas de opções" para serem examinadas pelos credores, segundo suas condições e interesses.

O presidente do BC citou, especificamente, a proposta brasileira de capitalização dos juros. Há bancos que concordam com a condição brasileira, mas "outros estão impedidos até mesmo legalmente de aceitá-la. É o caso dos bancos norteamericanos". Nos EUA, observou, as operações financeiras devem apresentar lucros contábeis, ou então ser classificadas como "**non performing**" (sem rentabilidade), o que é um desastre, do ponto de vista dos acionistas, para a instituição.

Reservas

Nesses casos, o Brasil terá de buscar novos empréstimos para

pagar os juros vencidos da dívida. A propósito, Milliet informou que "os novos pagamentos estão condicionados a avanços nas negociações".

Ele evitou informar sobre o estágio alcançado pelas negociações e sobre as concessões feitas, tanto pelo Brasil quanto pelos banqueiros, na tentativa de encontrar um acordo. Observou que "revelar os entendimentos mantidos não trará nenhum avanço na busca de soluções".

O presidente do Banco Central admitiu que o Brasil está mais flexível em alguns aspectos, mas algumas das condicionalidades estabelecidas permanecem inalteradas, disse.

Segundo Milliet, a definição do montante dos novos empréstimos está mais difícil, até agora, de ser consolidada que a fixação de um "spread" (taxa de risco) aceitável. O Brasil vem insistindo em percentuais inferiores ou, no mínimo, iguais aos obtidos pela Argentina e o México, ambos inferiores a 1%. Os empréstimos para o Brasil chegaram a alcançar 2,5%.

O presidente do Banco Central confirmou também a ida de uma missão técnica nos próximos dias, aos Estados Unidos, para discutir com as autoridades monetárias internacionais aspectos da política econômica brasileira. "A questão do déficit público, corte nos gastos do Governo, é assunto fechado", afirmou.



Santos (E) e Abílio (D) defendem a livre negociação salarial entre trabalhador e empresário